

LEIA NESTA EDIÇÃO

Em debate, "Projeto Político do PT"

Na página 3 você vai ler um resumo do "Projeto Político do Partido dos Trabalhadores", documento elaborado pelo Diretório Nacional para ser ampla e profundamente avaliado pelo militantes do partido. E, em "Suplemento Especial", que

acompanha essa edição, o "Boletim Nacional" oferece, em 16 páginas, a íntegra do documento. O "Projeto" será debatido na próxima convenção nacional, marcada para fevereiro de 1984.

O que vai pelas secretarias do PT

Na página 4, um noticiário das atividades das secretarias da Comissão Executiva Nacional. E também notícias da Fundação Wilson Pinheiro e da CUT.

PT, salários e crise econômica

Independentemente da aprovação do decreto-lei 2.065, o PT considera fundamental continuar a luta por uma política salarial mais justa. Para isso, o Diretório Nacional elaborou uma proposta. Conheça seus pontos principais lendo matéria da página 2 onde você também encontrará um resumo dos argumentos que estão sendo apresentados na Câmara Federal para combater a crise econômica.



BOLETIM NACIONAL

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores — Rua Desembargador Guimarães, 72 — CEP 05002 — São Paulo — SP

Número 2 — 20 de novembro de 1983

IMPRESSO

UTILIZE o cupom ao lado para solicitar o envio regular do "Boletim Nacional" para militantes ou simpatizantes do Partido dos Trabalhadores que ainda não estão incluídos na nossa lista de remessa.

PREENCHA o cupom e envie para Secretaria Geral Nacional, Rua Desembargador Guimarães, 72 — CEP 05002 — São Paulo — SP.

NÃO ESQUEÇA de assinalar o CEP dos endereços relacionados.

BOLETIM NACIONAL
nº 2 — 20 de novembro de 1983
Editado pela Secretaria Geral Nacional
Redação: Altino Dantas
Distrib.: João Salles e Alberto A. dos Santos

INDICO as seguintes pessoas abaixo relacionadas para que passem a receber o BOLETIM NACIONAL do Partido dos Trabalhadores:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:

Nome:

Endereço:

(Se o espaço for insuficiente, complete a lista numa folha anexa).

Quem indica: (nome, endereço)

Lula e a LSN: um exemplo da ação da justiça

A promotoria do Estado de Amazonas pediu a condenação de Luis Inácio Lula da Silva, presidente Nacional do PT, com base na Lei de Segurança Nacional. Os fatos mostram o absurdo dessa decisão. Em 1981, os latifundiários do Acre assassinaram o líder sindical Wilson Pinheiro. Até agora permanecem impunes. Lula participou de uma homenagem ao dirigente, pouco antes de os trabalhadores vingarem sua morte. Resultado: foi processado e está prestes a ser julgado.

Apoio ao Boletim em todo o país

Dezenas de cartas de leitores do Boletim Nacional continuam a chegar de todo o país, com a indicação de novos companheiros para receberem a publicação. Este número já está sendo enviado para os nomes propostos por: Diretório Municipal de Mogi Mirim, Norival Esteves, José C. Peixoto, José Alves.

Francisco Siqueira, Valdir Bravo, Hélio Bocarim, Eduardo Davi, Wallace Sant'Ana, Mário Aguiar, Luís Roberto, Maria do Ó, Zuleika Pereira, José de Paula, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco, Antonio Primo, Jorge Jimenez, Ana Juvino, Alberto Horta.

Diretório Municipal de Olímpia. Carlos Ferrucci, Ines Martins, Claudio Bellusc, Miguel Afonso, Diretório de Guarulhos, José Bordo, Waldemar Oidenardi, Liscélia Casol, Sérgio Boeira, Ivani Reiner, Otávio Neto, Diana Loeser, Walter Costa, Ricardo Pereira.

Ana Rolm, Paulo Souto, Cid Benjamim, Norma Costa, Eleonora Hozio, José de Andrade, Edmilson Araújo, Diretório de Juazeiro, Elzimar do Nascimento, Diretório de Santa Cruz Cabralia, Joana Peixoto, Adélio de Melo, Walter Lima, João B. da Silveira, Milton Casemiro.

Kátia Viana, Nivaldo Cordeiro, José Duarte, Pércles Pedrosa, Juéli Jordão, Deputado Mares Guia, Hélio Costa, Maria Matos, Lindomar Oliveira, Luiz Monico, Pedro Brandão, Amauri Pinheiro, e o PT do Distrito Federal.

PÁGINA 2

SALÁRIOS

Uma proposta contra o arrocho

O Brasil esteve sob a vigência de seis diferentes políticas salariais nos últimos onze meses. Todas elas contrárias aos interesses dos trabalhadores, impostas à Nação através de decretos e sem qualquer consulta aos sindicatos. Por isso mesmo, independentemente da aprovação do 2005, o partido considera fundamental a continuidade da luta por uma política salarial mais justa. Na última reunião do Diretório Nacional, o PT elaborou uma proposta concreta para orientar essa luta. A seguir, seus itens principais:

● **Escala móvel** — Todos os salários, inclusive o salário mínimo, devem ser reajustados automaticamente, sempre que o custo de vida (medido pelo INPC não expurgado) tiver uma alta de 10%. A inflação tem crescido acima dessa média nos últimos meses, e os salários só são corrigidos após um semestre.

● **Negociação coletiva** — Além dessa correção automática, a proposta do PT prevê uma negociação coletiva anual, por categoria, para definir aumentos reais nos ganhos dos trabalhadores, com base nos índices

de produtividade e rentabilidade das empresas.

● **Política única** — Essa legislação deve beneficiar todos os assalariados do país, sejam eles servidores civis ou militares, bem como aposentados e pensionistas do INPS.

● **Índice real** — Os cálculos para a definição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), bem como para a fixação do salário mínimo, serão fiscalizados por uma representação de trabalhadores.

● **Salário desemprego** — Os desempregados receberão um salário emergência pago por um Fundo Especial, a ser criado com recursos da seguinte ordem: porcentagem da arrecadação das Loterias; recolhimentos do PIS/PASEP e do FINSOCIAL; 20% da Contribuição Sindical e uma parcela do Imposto de Renda que incide sobre os ganhos de capital.

A adoção dessa proposta exige mudanças efetivas nos principais aspectos da atual política econômica e sindical, que pretende resolver a crise às custas dos trabalhadores. A luta salarial, portanto, é também uma luta contra o regime e seu plano econômico.

PARLAMENTO

Para entender a crise econômica

A bancada do PT na Câmara Federal, através de seu líder Aírton Soares, solicitou à Comissão de Economia do partido alguns subsídios para reforçar a argumentação do PT contra os recentes decretos salariais. Este é um resumo do material preparado pelo economista Paulo Singer para os parlamentares:

P. A crise exige que tipo de sacrifício?

R. A falta de dólares exige que toda a sociedade reduza a demanda por bens importados. Esse sacrifício é inevitável. Mas há outro, evitável, que o governo está impondo à Nação. Ou seja, a recessão a setores que não dependem de importações e que deveriam continuar a crescer em ritmo até mais acelerado, como a construção popular e a produção de alimentos. Como o governo resolveu descarregar o maior peso da crise sobre os trabalhadores, via arrocho, a redução do consumo se generaliza, au-

mentando o desemprego.

P. Por que o PT é contra a elevação do ICM?

R. Porque impostos indiretos como esse são injustos, já que taxam com a mesma força ricos e pobres. Quem tem mais deveria pagar mais. E isso só é possível com impostos diretos que recaiam sobre a renda, a propriedade imobiliária, etc. O PT defende uma ampla reforma tributária que corrija essas distorções e favoreça também Estados e Municípios.

P. Por que a inflação não cai com a recessão?

R. Por que o governo não pára de aumentar seus preços (luz, água e telefone). Porque ele cortou os subsídios à agricultura, o que somado a perdas de safra, fez disparar os preços dos alimentos. Porque os juros dos bancos sobem sem nenhum controle e finalmente, porque, vendendo menos, as empresas cobram mais para compensar suas perdas.

POLÍTICA

Um projeto para o PT se definir

Na próxima convenção nacional do PT, em fevereiro, o partido deverá definir, mais claramente, o que propõe para que os trabalhadores consigam alcançar o poder. E, é óbvio, quais as principais medidas que seriam tomadas a partir desse poder. Todas as definições deverão constar do "Projeto Político do Partido dos Trabalhadores, a ser aprovado na convenção e que servirá de orientação para as ações futuras dos petistas.

Já estão em circulação, inclusive em suplemento especial desta edição do Boletim Nacional, milhares de cópias de uma proposta de projeto político elaborada pelo Diretório Nacional. Uma proposta para ser debatida — e se necessário alterada — por todos os militantes do partido.

Estes são os tópicos mais importantes:

● **Análise da crise** — Parte da constatação de que existe um aprofundamento da crise econômica, social, política e moral do país, atingindo todos os setores. Até mesmo o governo, que perde apoio, não apenas nas camadas populares, mas também nos escalões mais altos das classes médias e do empresariado. Para enfrentar essa crise — que ninguém sabe onde pode chegar — cada um dos setores sociais do país esboça um tipo de projeto político.

● **Os projetos** — O documento analisa, então, as principais propostas que estão sendo apresentadas no Brasil. Entre as quais, aquela denominada "projeto Figueiredo" (institucionalização do atual

regime), o "projeto Tancredo" (de mudanças políticas cosméticas, mas manutenção da atual ordem econômica e social); o "projeto Brizola" (retorno do populismo) e o "projeto Ulysses" (na verdade, uma proposta liberal sem compromissos com transformações sociais). Desunido e desorganizado, o povo estaria reagindo de forma, na maioria das vezes, improvida, com protestos, acampamentos, passeatas, saques, depredações, enfrentamentos e greves. A tarefa do PT, então, seria a de dar um rumo político às manifestações populares.

● **Novo projeto** — Até o momento, admite o Diretório Nacional, o partido quase que só tem apresentado propostas parciais e setoriais aos movimentos populares. Sugere, para mudar esse comportamento, pelo menos dez formas de organização e um repertório de lutas dividido em cinco eixos principais — nos quais aparecem a defesa econômica dos trabalhadores, o fim das leis repressivas, as eleições diretas para presidente, a reforma agrária e a moratória unilateral da dívida externa.

● **Novo regime** — Desta vez, o documento da direção nacional apresenta também, de forma articulada, um plano de mudanças mínimas que devem ser feitas por um governo realmente popular. São treze itens que tratam, não só do aprofundamento da democracia nas relações políticas, mas também nas relações de trabalho, na cultura e no nível de vida em geral do povo.

PT nos Estados: Convenção Nacional

O Partido dos Trabalhadores marcou para fevereiro de 1984 a realização de sua Convenção Nacional. Na data, deverá ter renovadas senão todas pelo menos a grande maioria de suas direções municipais (ou distritais) e regionais. A situação por Estado é a seguinte: **São Paulo e Acre** — Já renovaram todas as direções. **Rio Grande do Sul** — Tem 50 convenções municipais marcadas para 20 de novembro. **Santa Catarina** — Já realizou 6 e tem 44 convenções municipais marcadas para janeiro (a regional para o dia 22). **Paraná** — Já realizou 12 e tem 50 convenções municipais marcadas entre 8 e 15 de janeiro. **Rio de Janeiro** — Realizou as convenções municipais e marcou a regional para 27 de novembro. **Espírito Santo** — Fará convenção regional a 27 de novembro. **Minas Gerais** — Já realizou 55 convenções municipais. **Bahia** — Marcou convenções municipais para 20 de novembro e regional para 22 de janeiro. **Sergipe** — Já realizou 9 e tem 7 convenções municipais marcadas. A regional está para 15 de janeiro. **Pernambuco** — Marcou 33 municipais a partir de 18 de dezembro e a regional para 22 de janeiro. **Paraíba** — Vai começar as municipais (34) em 8 de janeiro e marcou a regional para o dia 22. **Alagoas** — Tem 19 convenções municipais para 20 de novembro e a regional para 22 de janeiro. **Rio Grande do Norte** — Não há programação ainda. **Ceará** — Tem 66 municipais marcadas para novembro e a regional para 22 de janeiro. **Piauí** — Tem 23 convenções marcadas para dezembro e a regional para 22 de janeiro. **Maranhão** — Tem 26 municipais marcadas para dezembro. **Pará** — A regional está marcada para 22 de janeiro. **Amazonas** — Já realizou 10 das 12 convenções municipais que precisa. **Rondônia** — Vai realizar as municipais em novembro e dezembro e a regional a 15 de janeiro. **Mato Grosso** — Já realizou 6 e faltam outras 6 convenções municipais. **Mato Grosso do Sul** — Não começou ainda o processo de convenções. **Goiás** — Fará 78 convenções em novembro e a regional em janeiro.

TV E RÁDIO

No ar, os programas do partido

A exemplo do que já aconteceu em São Paulo, no último dia 18 de novembro, também as executivas regionais do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e de Minas Gerais estão preparando seus programas de Rádio e televisão para serem transmitidos em cadeia estadual.

O programa feito para os cariocas será apresentado no próximo dia 25 de novembro, às 20,30 horas, com um tema um pouco diferente do de São Paulo, que preferiu, além de uma avaliação do governo Montoro, fazer uma análise da crise e da postura dos trabalhadores frente a ela. No Rio, o tema será "Porque o PT", com participação de Lula.

Já os mineiros deverão apresentar seu programa no dia 13 de dezembro, 20,30 horas. Um programa "bem mineiro", também com a participação de Lula.

AGRÁRIA

Em preparação, o seminário do NE

O Polo Nordeste marcou para o dia 3 de dezembro próximo a realização de um novo Encontro de Política Agrária, que deverá contar com a presença de seus oito estados integrantes: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. O I Encontro havia ocorrido no dia 22 de outubro, em Recife (PE), mas só teve o comparecimento dos quatro primeiros estados, o que determinou uma nova convocação.

Na reunião de dezembro, os oito estados, que compõem atualmente uma Comissão de Assessoria Provisória, deverão preparar, em conjunto, o Seminário de Política Agrária do Nordeste. Além disso, deverão discutir qual a melhor forma de organização da Secretaria de Política Agrária: as alternativas são a organização por polos, como propõe a própria Secretaria, ou por estados.

O Seminário de Política Agrária do Nordeste deverá centralizar os debates na Questão da Seca e na Reforma Agrária. As bases das discussões sobre a Reforma Agrária serão as propostas apresentadas pela Contag e pela Igreja, que deverão ser aprofundadas e melhoradas.

GRANADA

EUA: "polícia do mundo"

Juntando suas manifestações às que se multiplicaram em inúmeros países, o Partido dos Trabalhadores (PT) protestou energicamente contra a invasão militar da ilha de Granada, pelos Estados Unidos, ocorrida no dia 25 de outubro último. E solidarizou-se com a resistência granadina, que se opôs à consumação da invasão dos "marines" norte-americanos, embora no final tenha sucumbido ao poderio e à prepotência dos invasores. O PT conclamou ainda a todos a "repudia-

rem mais essa atitude dos Estados Unidos de polícia do mundo".

Na verdade, o "grande crime" cometido por esse pequeno país situado na região do Caribe, com uma população de apenas 110 mil habitantes, foi procurar sua independência e autodeterminação. O verdadeiro objetivo do imperialismo norte-americano, que ficou mais uma vez evidente no episódio de Granada, é o de intimidar os países da América Latina que, cansados de serem explorados, concentram seus esforços na busca da independência, tal como hoje está ocorrendo com a Nicarágua e El Salvador.

ESTUDANTES

As propostas para o encontro

A Secretaria de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores apresentou, na última reunião da Executiva Nacional, realizada no dia

19 de novembro, a proposta do Encontro Nacional dos Estudantes petistas. O Encontro Nacional está programado para maio do próximo ano e deverá ser precedido de vários Encontros Regionais, coordenados pela Secretaria e sob a responsabilidade direta das respectivas Direções Regionais.

A proposta elaborada pela Secretaria refere-se às várias fases de organização do Encontro. Ela prevê que, desde já, as regionais comecem a articular os estudantes, no sentido de definir teses, critérios de participação e outras questões importantes. No caso de critérios de participação, por exemplo, é fundamental decidir se o Encontro será exclusivamente de universitários ou se poderá incluir estudantes secundaristas, etc.

Logo após a reunião da Executiva Nacional, foram tomadas as primeiras providências com vistas a enviar informações detalhadas sobre o Encontro a todas as Direções Regionais.

SINDICAL

CUT e Conclat da Praia Grande

Jair Meneguelli, coordenador nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), resume em quatro pontos a posição da entidade em relação à Conclat da Praia Grande, promovida em novembro pelas correntes ligadas ao Joazeiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP: 1) a CUT apóia iniciativas de reunião dos trabalhadores para discutir seus problemas; 2) a CUT busca unir trabalhadores de qualquer corrente em torno de lutas concretas contra a política econômica e pela greve geral; 3) a CUT repudia a implantação de outras centrais de trabalhadores; 4) a CUT já convocou um Congresso para 1984, onde espera unir todas as correntes sindicais do país.

FUNDAÇÃO

Assessoria a Santa Quitéria

No dia 18 de novembro, a Fundação Wilson Pinheiro irá participar de uma discussão sobre a conjuntura econômica atual e seus efeitos sobre toda a sociedade, em conjunto com a Fundação Pedroso Horta e a Fundação Alberto Pasqualini, ligadas respectivamente ao PMDB e PDT.

Além disso, a Fundação Wilson Pinheiro examina a possibilidade de prestar assessoria à Prefeitura do município de Santa Quitéria, no Maranhão, conduzida pelo PT. Recentemente, o companheiro Paulo Rubens, diretor da Fundação, esteve em Santa Quitéria, onde realizou um levantamento da situação local, em termos sociais, econômicos e políticos, que servirá de ponto de partida para a definição da entidade.

PROJETO POLITICO DO PT

(Este texto do Diretório Nacional abre o debate no PT sobre a conjuntura política e as tarefas do Partido. É, portanto, um ponto de partida para a discussão, não uma resolução de aplicação imediata. O Diretório Nacional determina a todos os organismos partidários a discussão deste documento como forma de preparação do Partido para a Convenção Nacional de fevereiro de 1984).

PRIMEIRA PARTE

A CRISE NACIONAL

1. O Brasil passa, atualmente, por uma crise grave e profunda. Em parte, ela reflete crises semelhantes que estão ocorrendo em vários países capitalistas de vários pontos do Mundo — principalmente na América Latina. Em parte, decorre do modelo econômico e político imposto ao País desde 1964 por um regime militar que serve aos interesses dos latifundiários e da alta burguesia nacional e internacional. Sob determinados aspectos, a atual crise brasileira é a mais grave desde a depressão econômica mundial de 1929. Isso mostra que a crise não é só do modelo econômico brasileiro; ela é a crise do próprio capitalismo, que se manifesta no Brasil.

2. No momento presente, as duas principais características da crise são:

- a) o seu caráter global, porque ela integra, simultaneamente, as esferas econômica, social e política da realidade brasileira — com evidentes sinais de degenerescência moral no trato da coisa pública; e
- b) o seu ritmo acelerado e de rumos imprevisíveis, porque ela age como uma bola de neve, que a cada instante aumenta de volume e velocidade.

DIMENSÃO ECONÔMICA

3. Apesar do caráter global e integrado da crise, é necessário distinguir, para melhor compreendê-las, as suas três faces: econômica, social e política.

4. A dimensão econômica da crise manifesta-se em dois planos. No plano interno ao próprio País, ela é

representada por uma contínua e crescente recessão, mais grave ainda por suceder a um período artificialmente eufórico — o do “milagre brasileiro” — do qual é fruto quase inevitável. A recessão agrava e multiplica as contradições inerentes ao próprio sistema capitalista brasileiro: desemprego em massa; inflação galopante; custo de vida altíssimo; distribuição cada vez mais desigual da renda; queda acelerada do poder aquisitivo real dos salários (arrocho salarial); degradação da qualidade de vida, principalmente — mas não exclusivamente — dos trabalhadores assalariados industriais e dos setores populares subempregados; pauperização da classe trabalhadora urbana e rural; proletarianização de vastos setores das classes médias do campo e da cidade.

5. No plano externo a crise se manifesta de várias maneiras: aumenta a dependência da sociedade brasileira; a dívida externa chega a números assustadores e o Governo não encontra outra saída senão a de aumentar essa dívida, submetendo-se à tirania do FMI e dos bancos internacionais; crescem a frequência, a intensidade e o despudor da ingerência estrangeira nos negócios brasileiros; desnacionalizam-se com enorme rapidez setores amplos da economia do Brasil; aumenta a dependência tecnológica em relação aos países-matrizes das multinacionais; os países centrais do sistema capitalista impõem ao Brasil importações desnecessárias e lhe dificultam as exportações. O Governo avilta e servilmente submete o País ao jugo do imperialismo.

DIMENSÃO SOCIAL

6. A dimensão social da crise — que se exprime, de forma dramática, pela proletarianização da classe média

e pela pauperização do proletariado urbano e rural — também se manifesta em duas linhas.

7. Numa, é a desagregação dos laços familiares imposta pela feroz luta pela sobrevivência e pelas condições cada vez mais sobrehumanas de exploração do trabalho assalariado, ou pelo semi-emprego, sub-emprego e desemprego; a mudança — para pior — de hábitos e de comportamentos; a perda de benefícios sociais duramente conquistados; a impossibilidade de morar, de dar educação e saúde decentes para os filhos; as dificuldades de transportes; a inexistência de lazer e de acesso à cultura e às possibilidades de auto-realização pessoal; a violência social do Estado.

8. Nessa linha, o resultado mais imediato é a perplexidade, o desespero, as doenças físicas e mentais, o suicídio, a fome, a loucura; e, de forma ampla e generalizada, a insegurança que atinge a todos. Insegurança diante do emprego que pode desaparecer a qualquer momento, insegurança diante da possibilidade do assalto ao virar a esquina, insegurança diante da prepotência e brutalidade da polícia, insegurança diante do amanhã.

9. Na outra linha, a dimensão social da crise se manifesta por sintomas de dois tipos.

Um, embrionariamente organizado e coletivo, embora ainda improvisado: as depredações de estabelecimentos comerciais, os saques, os ataques às feiras e aos supermercados, a quebra e a queima de veículos de transportes coletivos, a ocupação de terras. Outro, individualista e anti-social (tão anti-social quanto as causas últimas que o condicionam): o assalto, o homicídio, a criminalidade.

DIMENSÃO POLÍTICA: CLASSES DOMINANTES

10. A dimensão política da crise deve ser vista tanto nas classes do-

minantes quanto nas dominadas. No nível das classes dominantes, há sintomas numerosíssimos, embora fragmentários.

11. Em primeiro lugar, a desagregação institucional. A própria divisão clássica entre Poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário — é nova e freqüentemente substituída pela prepotência arbitrária do Executivo — mais precisamente, pelo seu setor militar. Às manifestações de independência do Congresso, que rejeitou dois decretos de arrocho salarial — o 2024 e o 2045 — seguiram-se as represálias dos ministros militares contra a Câmara, através do pretexto e da armadilha da punição ao deputado e cacique Mário Juruna, e da decretação das medidas de emergência no Distrito Federal.

12. Às denúncias de corrupção nos meios governamentais — feitas pela opinião pública e repercutidas no Congresso — os ministros do Executivo respondem com o menos-cabo, o silêncio, a mentira e as punições disciplinares aos hierarquicamente inferiores.

13. A isso se acrescentam evidências assustadoras da mais desenfreada e generalizada corrupção em todos os setores que integram o aparelho do Estado. Trata-se de uma situação de degenerescência moral, em que precisamente os grupos mais privilegiados da sociedade usam e abusam do tráfico de influência, do suborno, da propina. Estoura um escândalo atrás do outro: Capemi, Coroa-Brastel, Lutfalla, BNH, Delfin, Tucuruí, Polonetas, ... A certeza da impunidade faz com que os responsáveis não se detenham diante de qualquer limite na busca

de lucros fáceis através das negociações. E a freqüência da corrupção é tão alta que grande parte da própria opinião pública, anestesiada, acaba se acostumando aos escândalos rotineiros, como se fizessem parte da normalidade da vida pública.

14. Outras instituições do Estado também se desagregam rapidamente: surgem crises nos órgãos oficiais de estatística, contra novas tentativas de manipulação de dados sobre preços, como as recentes demissões no IBGE e na FGV; enfraquecem-se e se destroem as estatais — como a Petrobrás — que simbolizam, ainda, o pouco de nacional que há na economia brasileira; o Itamaraty se vê enredado em escusos negócios estrangeiros; dentro dos quartéis começa a efervescer uma ebulição cujos rumos se desconhecem, mas que traduzem um inegável descontentamento com a situação.

15. O Governo joga toda sua força na política econômica. Mas também essa tem se mostrado cada vez mais incapaz de apontar um rumo seguro à recuperação da economia brasileira. No fundo, e mais uma vez, a política econômica do Governo e das classes dominantes se resume a um único e eterno segredo: explorar ainda mais o trabalhador e o povo e fazê-los pagar pela crise, em defesa dos lucros dos patrões, dos dólares das multinacionais, dos juros dos banqueiros, das terras improdutivas dos latifundiários.

16. Em segundo lugar — e como reflexo da desagregação institucional — começa a acentuar-se outro tipo de desagregação: a do bloco de apoio de setores da burguesia e das classes médias à política econômica oficial. Isso significa que o apoio político desses setores ao Governo e ao regime começa a apresentar rachaduras.

17. Os sinais dessa desagregação também são numerosíssimos, e começam pela existência de vários

“candidatos” do PDS à sucessão indireta do presidente da República. Continuam com a defecção de parlamentares do PDS na aprovação de projetos de interesse vital do Executivo, passando, ainda, pelas dificuldades que esse mesmo Governo tem encontrado em garantir a obediência de seus correligionários. E terminam nas manifestações explícitas e públicas de descontentamento de setores empresariais importantes de vários pontos do País, e que até agora vinham se mantendo nos limites do silêncio ou de uma crítica discreta.

18. A verdade é que o Governo Figueiredo vem perdendo grande parte do apoio de que dispunha antes. Nas eleições de novembro de 82, o Governo perdeu metade do País para partidos de oposição. Embora tenha conseguido, através de casuismos, a maioria no Colégio Eleitoral, o que parecia indicar que o regime recuperava fôlego para institucionalizar-se, o agravamento e o aceleramento da crise modificaram a situação. Apesar do fato de terem sido eleitas, na maioria dos Estados, figuras ligadas à conciliação, já não é mais possível esconder o enfraquecimento do Governo. E o principal motivo das contradições ora existentes entre setores das classes dominantes e o Governo situa-se no que é mais caro ao próprio regime: a manutenção da política econômica.

19. E isso quer dizer que o desgaste é tanto da figura pessoal do presidente quanto do regime político que ele representa e simboliza. A tal ponto, que a própria e mais íntima fortaleza do regime — a trinca que comanda a política econômica — já sofreu a sua primeira defecção, quando caiu Langoni.

20. E, no setor militar, há um claro aprofundamento de divergências, que se aguçam desde o episódio do Riocentro. Parte da oficialidade é contrária à política econômica do Governo e à corrupção generalizada; há também os que se be-

neficiam, direta ou indiretamente, dos negócios escusos que tramitam à sombra do Poder. Há ainda os que permanecem integrados no brutal esquema repressivo policial e político, ainda intocado, embora se deva admitir que existe a exceção de militares que são contrários à tortura e à corrupção.

DIMENSÃO POLÍTICA: AS CLASSES DOMINADAS

21. Mas a dimensão política da crise também se manifesta em outro nível, o das classes dominadas. É fundamental, aqui, ter a coragem de reconhecer e admitir que a classe trabalhadora brasileira, e os setores médios da cidade e do campo, ainda não alcançaram a união e a organização que seriam indispensáveis diante da crise das classes dominantes. É preciso distinguir, na análise do comportamento popular, quatro tipos.

22. O primeiro pode ser chamado de imobilista. Grande parte da classe trabalhadora e das classes médias guarda, ainda, senão o sentimento de apoio ao Governo e ao regime, pelo menos a omissão da imobilidade, seja pela ingênua crença de que sua vida pode melhorar por algo que lhe venha de cima, seja pelo seu contrário — a desesperada descrença em sua própria capacidade de se tornar sujeito da ação política e intervir no processo da História. Ela não é culpada disso. A isso ela foi cuidadosa e planejadamente levada, durante anos, lustros, décadas, séculos de opressiva exploração econômica, brutal repressão política, cruel marginalização social, arrogante alienação cultural.

23. E o foi — é forçoso dizê-lo — não apenas pelos que implantaram o regime de 64. Já bem antes deles, na verdade desde sempre, as elites dominantes econômicas, sociais, políticas e culturais — mesmo quando temperadas com o farisáico mel do pensamento liberal — acuararam e espremeram a tal ponto os trabalhadores, os negros, as mulheres, os índios, os marginais — que acabaram por lhes tirar o sentimento da dignidade da existência. Sempre foi assim, e por isso é preciso denunciar o fato a cada instante. O que é mais importante é o fato de que, apesar de tudo, nos últimos anos começaram a surgir inequívocas manifestações concretas de que, do fundo desse caldeirão de miséria, opressão e desesperança, continuavam a surgir sinais de rebeldia, revolta e insurgência contra essa situação.

24. Muitos, no começo — e mais numerosos a cada dia que passa — já não se conformam, não se resignam, não mais toleram e não querem ter a paciência de suportarem calados e inativos a opressão, como se esta lhes fosse uma inevitável parte de um imutável destino. O caminho para mudar a situação já começou a ser trilhado, ainda será longo e árduo, mas já não tem mais retorno.

25. O segundo tipo é o que é chamado de “pelego”. São os dirigentes e ativistas sindicais que, embora se dizendo representantes dos trabalhadores, na prática fazem concretamente a política dos patrões e do regime. É preciso combatê-los politicamente. Mas também é preciso compreender que os “pelegos” — muitas vezes por oportunismo e carreirismo — podem ser levados a adotar posições relativamente combativas, forçados pela pressão organizada das bases e pela urgência das circunstâncias.

26. O terceiro tipo é o dos conhecidos por “reformistas”, ligados ou não a organizações políticas. Entre esses, há os que estão pro-

funda e gravemente equivocados. Embora ativos — e às vezes até combativos — os reformistas desencaminham-se: mercê de análises incorretas do momento, tomam como verdade o que são apenas dogmas inadequados para a nossa realidade; inseguros quanto à capacidade da classe trabalhadora de tomar nas próprias mãos as rédeas de sua marcha, desembocam em estranhas e espúrias teorias, das quais derivam a estratégia suicida de uma revolução burguesa ainda por ser feita, e a tática castradora de uma união nacional, oficialista e populista. Cegos à flagrante realidade da luta de classes — diariamente sangrenta nos quatro cantos do Brasil — insistem na velha e superada tese da colaboração dos contrários, da submissão ao mais forte, dos apoios, dos acordos e dos conchavos. Nos planos popular, sindical, eleitoral, político e institucional, os reformistas estão sempre nessa inútil, vã e grotesca procura do “bom burguês”, do “patrão liberal”, do “candidato democrata”, do “empresário honesto” e do “general patriota”, embora, de preferência, golpista.

Urge criticá-los enquanto persistirem na sua política errada, sumamente perniciosa para a classe trabalhadora. É necessário, porém, não tratá-los como inimigos, mas sim fazer um esforço para conquistá-los, para esclarecê-los e fazê-los passar à condição de aliados. Mas há outros para os quais a posição incorreta não deriva de um equívoco, passível de correção. Eles estão conscientemente lutando por interesses contrários à classe trabalhadora. A esses é preciso combater politicamente, sem tréguas.

27. O quarto tipo de comportamento de trabalhadores do campo e da cidade, assalariados de classes médias, marginalizados e minorias é que constitui o fato novo, o embrião de um processo histórico que só tende a alargar-se e a se aprofundar como realmente transforma-

do da sociedade brasileira. É o comportamento do qual surgiram — e surgem continuamente — novas e combativas lideranças populares e sindicais, comitês de fábrica e de bairro, movimentos populares, sociais e políticos, questionamentos e contestações, resistências e confrontos. É dessa massa que surgiram os movimentos de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, os movimentos de anistia, as Comunidades Eclesiais de Base, a resistência no campo, os Conselhos Populares, as greves operárias, as oposições sindicais, os encontros intersindicais, as Conclats, a CUT. É deles que surgiu o novo sindicalismo brasileiro. É desses movimentos que surgiu, também, o Partido dos Trabalhadores.

O MOVIMENTO SINDICAL

28. O movimento sindical brasileiro, particularmente, apresenta aspectos novos. Depois do renascer do sindicalismo combativo e das greves organizadas de 78, em São Bernardo do Campo, foram se desenvolvendo tentativas de unificação da classe trabalhadora e das lideranças sindicais nos rumos de uma central nacional. Com esse objetivo, já durante os anos de 80 e 81 realizaram-se reuniões, assembleias, encontros e congressos de âmbito local ou regional, agregando cada vez maior número de categorias profissionais.

29. Em 81 se realiza, na Praia Grande, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, da qual surge uma comissão encarregada de convocar um congresso nacional e

criar uma Central Única de Trabalhadores — CUT. Mas já no seio da própria primeira Conferência, e posteriormente, no âmbito da própria direção provisória (Pró-Cut), os dirigentes sindicais imobilistas, conciliadores, pelegos ou simplesmente equivocados formam uma estranha e espúria frente única para torpedear e boicotar qualquer tentativa de unificação da classe trabalhadora brasileira. Embora falando em “unidade” e explicitamente acusando de “divisionistas” e “sectários” os seus opositores, esses dirigentes sindicais, imobilistas ou francamente conciliadores, praticam de fato uma política de desunião da classe, de freagem do movimento das bases, de separação e divisão entre os ativistas sindicais de todo o País.

30. A mais grave das tentativas de divisão da classe trabalhadora brasileira partiu de setores da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). Já na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), realizada em 1981, na Praia Grande, esses setores opuseram grande resistência à vontade das bases, que era a de formular posições mais definidas de luta e escolher direções mais combativas. Posteriormente à realização da I Conclat na Praia Grande, os mesmos setores tentaram, por todos os modos, impedir a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), e tiveram peso decisivo na protelação do encontro, anteriormente marcado para agosto de 1982. E, finalmente, ensaiaram novamente boicotar a criação da CUT e impedir a realização do I Conclat em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. Esses setores da direção da Contag, portanto, tentaram fazer uma divisão profunda entre os trabalhadores da cidade e do campo. Felizmente, não tiveram completo êxito nessa tentativa, embora tenham espalhado as divergências e dissidências entre os

sindicalistas brasileiros. Mas não conseguem deter a marcha da História.

31. É nesse quadro que os sindicalistas mais combativos — independentes, ligados a setores do PMDB e do PDT, à Igreja, à Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e de Oposição Sindical), e ao PT — conseguem convocar, preparar, organizar e realizar, em São Bernardo do Campo, em agosto de 83, o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), e eleger a primeira direção coletiva provisória da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

32. No plano sindical, a realização do I Conclat e a criação da CUT foi um êxito na tentativa de reunificação dos trabalhadores. Nesse sentido, o acontecimento significou uma vitória da classe trabalhadora brasileira. Foi possível superar a divisão que se desenhara no ano anterior entre trabalhadores da cidade e do campo. Lamentavelmente, porém, não foi possível evitar que muitos sindicalistas, urbanos e rurais, deixassem de comparecer.

33. No plano político, a realização do I Conclat, em São Bernardo, e a eleição da direção da CUT assumem três claros significados:

- a) constituem-se num passo a mais na ruptura com o sindicalismo oficial atrelado ao Estado, que vem dominando a classe trabalhadora desde a Década de Trinta;
- b) são mais uma manifestação concreta de negação e repúdio às forças que tradicionalmente tentam manipular a classe trabalhadora — pelegos e imobilistas, de um lado, e, de outro, correntes ideológicas, políticas e partidárias que, incorretamente, procuram breicar o avanço dos trabalhadores e conduzi-los à conciliação com as classes dominantes e com o Estado burguês; e

c) constituem-se, finalmente, num avanço a mais da classe trabalhadora para assumir um papel ativo no cenário político nacional e se tornar uma força disposta a lutar por suas reivindicações e seus direitos não apenas no plano sindical, mas, sobretudo, político.

Não obstante, dirigentes de confederações, federações e sindicatos — alinhados entre os imobilistas, os pelegos e os reformistas — tentaram mais uma vez desunir, dividir e fragmentar a classe trabalhadora. Com esse objetivo realizaram, em novembro de 83, na Praia Grande, um congresso sindical e criaram uma coordenação de cúpula. Os dirigentes da CUT, por seu lado, consideram que, apesar do divisionismo desses dirigentes, e dos inúmeros pontos de divergência existentes, é possível tentar trabalhar os pontos convergentes, na busca de uma unidade de ação prática; e, nesse sentido, os dirigentes da CUT têm feito os maiores esforços, embora nem sempre correspondidos pela parte contrária.

RESISTÊNCIA E LUTA

34. O que é significativo reter, nesse quadro, é que o movimento popular ativo e combativo (do qual faz parte, com preponderância, o movimento sindical combativo, apesar de incipiente, vem tentando opor algumas formas concretas e diretas de resistência à exploração econômica e social crescente e à opressão política. Essa linha de resistência do movimento popular e combativo se constitui assim — à falta de um projeto mais articulado — na forma real que esse movimento encontra, no momento, de lutar por uma alternativa à crise econômica, social e política das classes dominantes.

35. Reconhecer e aprofundar a análise desses avanços do movimento popular e sindical é fundamental, não apenas para captar e compreender todas as dimensões da conjuntura brasileira no momento. Essa análise ainda está por ser feita. Mas é possível, desde já, apontar alguns indicadores essenciais no desenvolvimento dessas formas de luta.

36. A primeira dessas formas de luta é representada, por exemplo, pelas ações dos desempregados da Zona Sul de São Paulo, que, em começos de abril, se concentraram no Largo Treze de Maio e saíram em passeata até o Palácio do Governo estadual, com a ocorrência esporádica e eventual de depredações e saques.

Antes e depois desse episódio, em numerosos pontos do País — como no Rio e no interior do Nordeste — têm ocorrido manifestações semelhantes, de pessoas empregadas ou desempregadas, que praticam depredações, saques, e, em alguns casos, chegam a enfrentamentos com a polícia. A característica fundamental desse tipo de luta popular é que, pelo menos aparentemente, predominam aí o espontaneísmo e a improvisação. A partir de um mínimo de organização e preparação da deflagração do movimento — levada a efeito por setores populares e políticos — as fases posteriores do seu desenvolvimento vão ocorrendo de maneira improvisada e casual, dependendo da presença maior ou menor da repressão para minguar ou se alastrar, sem direção e objetivos claramente definidos e explícitos. Também é comum ocorrer, nesse tipo de luta, a presença de marginalizados, bem como a infiltração de provocadores e agitadores de direita.

37. A segunda forma de luta popular que vem ocorrendo com frequência ultimamente em vários pontos do País é a ocupação de espaços físicos. Em alguns casos, essa ocupação é pacífica. Em outros, é feita com violência, verificando-se,

inclusive, formas de resistência e enfrentamento contra a repressão policial. Também em alguns casos, essa forma de luta significa uma real e efetiva ocupação do espaço físico, com variação do tempo de permanência dos ocupantes no local ocupado. Em outros, a ocupação do espaço físico é uma representação apenas simbólica de ocupação de espaço político. Há vários exemplos dessas formas de luta: os desempregados acampados no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, ocupações de terrenos vazios, de loteamentos, de conjuntos habitacionais, de terras públicas, como em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, e outros. Tais ocupações procuram combinar dois elementos — o da denúncia pública e o de solução imediata e concreta para carências sentidas ao nível básico da existência, como emprego, habitação, saúde, etc. Mas também significam uma crítica à política oficial que nega ao trabalhador esses direitos básicos. Nessa forma de luta já há um embrião de organização e direção, e uma tentativa de conquistar, após o término da manifestação (que tem sempre uma duração limitada), níveis mais altos de organização.

38. A terceira forma de luta popular, que não é nova mas se tem intensificado, é a luta pela terra, que ocorre no meio rural de quase todos os Estados do País, do Norte ao Sul. Nessa forma de luta há uma clara preponderância da organização sobre o espontaneísmo. O elemento diferenciador dessa forma de luta é que, frequentemente, ela se dá com o emprego de violência tanto do lado da repressão quanto dos trabalhadores combatentes. É uma luta que se dirige tanto contra o senhor de terras e seus capangas, quanto contra o Estado e suas múltiplas formas institucionais, que procura “resolver” os conflitos de propriedade e posse de terra, numa tentativa oficial (que até agora tem tido êxito) de evitar uma reforma

agrária sob controle dos trabalhadores.

39. Uma quarta forma de luta, que tem reunido principalmente elementos de setores urbanos de classes médias, continua sendo usada, em ciclos de maior e menor representatividade, principalmente nas capitais e em alguns grandes centros urbanos: comícios, atos públicos, passeatas, debates, reuniões, concentrações, realização de congressos, etc.,... Essas manifestações têm se limitado à denúncia e à apresentação de reivindicações. Mas sua principal característica é a preponderância da preparação, organização e direção sobre a improvisação e o espontaneísmo.

40. E, finalmente, uma última e quinta forma de luta, que recentemente tem assumido papel cada vez mais importante no quadro nacional, é a representada pelas greves de trabalhadores, no campo e na cidade, preparadas, organizadas e dirigidas por lideranças sindicais, muitas delas de oposição sindical.

41. Desde as greves de 1978 — quando se reiniciou de forma aberta o movimento sindical brasileiro combativo — até o momento, tem se verificado uma clara evolução dessas manifestações, tanto nas suas formas organizativas quanto nos seus conteúdos programáticos.

42. Nessa evolução podem ser distinguidas pelo menos três fases: na primeira — de 78 a 80 — o conteúdo explícito é econômico, reivindicatório, imediato; o significado político e contestador da greve não apenas é implícito e embutido, mas sequer é percebido ou assumido conscientemente pela maioria de seus participantes. Sob o aspecto organizativo, são greves de setores, apenas, de categorias profissionais,

ou de categorias inteiras, mas de âmbito geográfico limitado: uma fábrica, uma cidade, um Estado.

43. Na segunda fase — de 80 a 83 — ainda de greves de uma categoria ou de setores de categoria, as manifestações já assumem amplitude intermunicipal ou interestadual (médicos, professores, etc.). O conteúdo programático dessas greves é ainda preponderantemente reivindicatório-econômico mas, em seu desenvolvimento, despontam palavras de ordem de questionamento de aspectos parciais da política econômica oficial.

44. Na terceira fase, são exemplos típicos as greves de Mataripe, na Bahia, e de Paulínia e São Bernardo, em São Paulo, e a greve do dia 21 de julho. Essas são manifestações que têm características de greve geral. O conteúdo é clara e explicitamente assumido como de contestação política aos aspectos fundamentais do regime (e, portanto, do Governo e do Estado). Sua abrangência é bastante mais generalizada. As greves afetam várias categorias profissionais e atingem vários pontos do País. Além disso, as manifestações se alastram e se apóiam em setores populares, mobilizando trabalhadores de fora das empresas, comitês de bairros, entidades e movimentos sociais. São greves e manifestações que ainda não têm, inteiramente, direção e comando únicos. Mas procuram unificar ou, pelo menos, articular alguma forma de unidade nas palavras de ordem e na coordenação das várias ações.

NA AMÉRICA LATINA

45. Para completar o quadro, até aqui traçado, dos sintomas da crise e das formas de luta e tentativas de resistência faz-se necessário introduzir um elemento que não tem comparecido nas análises de conjuntura emanadas do Partido, mas cuja presença se torna cada vez mais

necessária: a evolução de alguns aspectos da situação internacional e em especial na América Latina. Os diversos países da América Central e do Sul vivem, presentemente, não apenas estágios diferentes de evolução do sistema capitalista, mas também diferentes fases no seu relacionamento com os centros do imperialismo mundial, e, notadamente, norte-americano. Com exceção de Cuba, que é um caso à parte, quase todos os demais países latino-americanos sofrem algum grau de dependência em relação aos Estados Unidos.

46. Por seu lado, a política externa do Governo Reagan tem acirrado as imposições imperialistas contra os países latino-americanos, como ficou mais uma vez provado com a recente invasão de Granada pelas tropas norte-americanas. Em parte, como uma das peças da estratégia de cerco e assédio ao Estado socialista cubano e ao anseio generalizado de libertação dos povos centro-americanos. E, em parte, como uma forma de contrapor-se à influência crescente de outros centros imperialistas europeus e asiáticos, como a Alemanha Ocidental e o Japão, sobretudo na América do Sul. No atual momento, o alvo principal é a Nicarágua, que realiza uma revolução anti-colonialista e anti-burguesa. Outro alvo importante é a luta do povo salvadoreño.

47. A revolução sandinista apresenta muitos aspectos positivos na luta anti-burguesa e anti-imperialista. Por isso mesmo, tem sido atacada pelos Estados Unidos, de forma direta e ostensiva, e também internamente, por setores burgueses e reacionários. Em várias partes do mundo, porém, tem se manifestado claramente a solidariedade à revolução nicaraguense.

48. Em outros países latino-americanos — como a Argentina, o Chile e o Uruguai — a resistência popular tem começado a abalar os sistemas ditatoriais que vem domi-

nando essas Nações, e já se notam os primeiros sintomas de um processo de redemocratização, com greves, manifestações públicas, movimentos por anistia civil e política, reorganização partidária, etc.

49. Já em outros países — como o Paraguai — as ditaduras dominantes se mostram ainda bastante fortes, dificultando qualquer tentativa de reagrupamento de forças populares de oposição.

50. Os países imperialistas centrais, por sua vez, também passam por uma crise, em parte devido à própria crise mundial do capitalismo. A situação é ainda mais agravada pela crise específica de energia — particularmente do petróleo; — e pela retomada da corrida armamentista nos dois blocos — o soviético e o capitalista. Nos Estados Unidos — e nos países capitalistas europeus — acirram-se as contradições internas, aumenta o desemprego, o Estado freqüentemente entra em choque com setores da sociedade civil. Os movimentos sociais e de minorias reivindicam cada vez maior espaço político. Os países centrais procuram resolver as suas crescentes dificuldades econômicas e sociais por meio de uma também crescente intromissão nos países periféricos. O imperialismo tenta avançar e intensifica a sua agressividade.

51. Nesse contexto, o Brasil aparece como um dos países dependentes em que o desenvolvimento capitalista se mostra o mais adiantado. Por isso mesmo, o Brasil — e as transformações sociais e políticas que aqui se verificam — estão sempre na mira do Governo norte-ame-

ricano. Em consequência disso, nos principais centros urbanos do País, têm sido realizadas manifestações concretas de repúdio ao imperialismo, tanto sob a forma direta de críticas à política do Governo norte-americano, como de solidariedade e apoio à Nicarágua e a outros países latino-americanos mais flagrantemente atacados pelo imperialismo. Tais manifestações — geralmente organizadas e dirigidas por comitês de anistia, de defesa dos Direitos Humanos e de solidariedade e outros tipos de comissões — têm obtido um relativo apoio, embora limitado a setores particulares da opinião pública, geralmente estudantes e intelectuais politizados.

52. Todavia, nesses casos também pode estar se manifestando uma tendência de que tal tipo de luta de denúncia e protesto se torne mais freqüente, generalizada e mais representativa, à medida que se acirrem os ataques diretos e indiretos do imperialismo aos países da América Latina. E, também, à medida que aumentarem as ingerências do imperialismo na política brasileira, principalmente no campo da dívida externa e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A luta anti-imperialista promete adquirir grande vigor no continente latino-americano.

O PARLAMENTO

53. Esse quadro geral de crise vem encontrando, no Parlamento, uma de suas mais importantes caixas de ressonância. À sua maneira, cada um dos partidos é afetado pela crise, como já se viu no caso das dissidências dentro do PDS. Quanto ao PMDB a crise agrava as suas contradições internas, tornando alguns de seus setores propensos a aceitar as propostas governamentais, enquanto outros se vem mostrando sensíveis às reivindicações e às lutas populares. No PDT também se observa, embora em menor escala,

o mesmo quadro de contradições. E o PTB manifesta-se propenso a aderir ao Governo, mesmo sob o risco de uma implosão. Por seu lado, o PT, através de suas bancadas nos níveis municipal, estadual, e, particularmente federal, tem chegado a assumir uma posição de liderança contra o Governo, cuja significação é muito maior do que faria prever o pequeno número de seus parlamentares. Isso porque esses parlamentares têm sabido dar expressão às lutas e aos movimentos populares que dão origem ao Partido que representam.

OS GOVERNOS ESTADUAIS

54. Nos Estados, os Governos recentemente eleitos também sofrem os efeitos da crise econômica, social e política. Os Governos do PDS vacilam entre a fidelidade ao Governo Central e a necessidade — geralmente ditada pelo oportunismo eleicoeiro — de fazer concessões às pressões da opinião pública e dos setores populares. Os Governos do PMDB não conseguem cumprir com as promessas — quase sempre demagógicas — de suas campanhas eleitorais. Por isso, decepcionam, primeiro, setores importantes do próprio partido e do seu eleitorado, e, depois, da opinião pública em geral. Acresçam-se a isso as dificuldades administrativas e financeiras em governar Estados que dependem, em quase tudo, do Governo central. Mas onde mais se evidenciam as dificuldades dos governadores peemedebistas é na tentativa de harmonizar os interesses extremamente contraditórios representados pelas diversas facções, alas e áreas do próprio PMDB, como no caso de São Paulo.

55. E, além de tudo isso, outras contradições se sucedem entre os governadores, os partidos pelos quais foram eleitos, e o eleitorado que os escolheu. No Nordeste, dian-

te do flagelo da seca, e da tensão social que ela provoca, os governadores, embora eleitos pelo PDS, chegam a ameaçar tímidos balbuceios a respeito de uma reforma agrária, mesmo sabendo que descontentam o Planalto e os latifundiários que os sustentam. No Amazonas, o Governo Mestrinho, do PMDB, não hesita em usar de violenta repressão contra os movimentos populares. Já em Minas Gerais, o igualmente peemedebista Tancredo faz uma repressão sob controle, calculada para bem impressionar o Governo central e diante dele credenciar-se como um possível candidato de conciliação, mesmo indireto.

SEGUNDA PARTE

PROJETOS DAS CLASSES DOMINANTES

à Presidência da República. Em São Paulo, o Governo Montoro vacila e oscila entre a repressão e a farsa de uma “participação” que não passa de cooptação. E, no Rio, Brizola cai na retórica vazia e no “aparelhamento” da Administração Pública pelos adeptos e simpatizantes do PDT, na esperança de construir um caminho que o leve até Brasília.

56. Como os diversos setores da sociedade, e como as diversas forças políticas, encaram a crise brasileira? Já vimos que, no plano dos movimentos populares, aí incluído o movimento sindical, não existe ainda um projeto político, embora se amiúdem as manifestações e as formas de resistência ativa, algumas com nítidos componentes de enfrentamento e confronto. Vejamos, porém, como podem ser caracterizados os projetos das classes dominantes que se encontram, no momento, no cenário político nacional.

O PROJETO FIGUEIREDO

57. O mais óbvio é o projeto de institucionalização da Ditadura militar que, por simplificação, será aqui chamado de Projeto Figueiredo. As tentativas de prever, prevenir e evitar uma derrocada do regime vigente começam já ao tempo de Médici, no auge mesmo da repressão armada e do “milagre brasileiro”. Assumem formas mais nítidas, mais ainda muito tímidas, com Geisel, e mais ostensivas com o Governo atual. Assim, do golpe de 64, dos Atos Institucionais número Um, Dois e Cinco, passando pela distensão e pela abertura, e desembocando na atual “democratização” do Governo Figueiredo, um longo caminho foi percorrido.

58. Sob alguns aspectos, a situação hoje vigente no País é diferente da de anos atrás. Hoje há uma certa atividade política, partidária, sindical e associativa; algum respeito aos direitos humanos e civis; maior abertura nas comunicações de mas-

sa; processos eleitorais, ainda incompletos e insuficientes, mas que alteram em parte a composição dos órgãos legislativos e executivos do País. Por outro lado, permanecem — ou até, em alguns casos, se acentuam — os aspectos de super-exploração econômica da classe trabalhadora, os obstáculos ao direito de greve, e restrições à livre organização partidária e sindical.

59. O Projeto Figueiredo enfrenta dificuldades. Aumentam as divergências dentro do próprio bloco dominante, quer no interior do PDS, quer entre o PDS e o próprio Governo; elas se manifestam nas disputas sobre a questão sucessória; na votação, pelo Congresso, de projetos de interesse do Executivo; na derrota já firmada do Governo no caso dos decretos 2.024 e 2.045. Outros sinais também indicam que o regime já não conta com a confiança de parte da burguesia, para levar avante o Projeto Figueiredo. A política econômica do regime não consegue vencer a crise nem do ponto de vista dos interesses de setores do empresariado capitalista.

60. O sistema de eleições indiretas para a Presidência da República sofre descrédito, ameaçando, assim, uma das peças-chaves do projeto de institucionalização da Ditadura militar. Do ponto de vista de parte da opinião pública, mesmo a mais conservadora, a sucessão indireta do presidente da República — caso ela venha mesmo a ocorrer no próximo ano — vai assumir a aparência de um golpe de força, tal a descrença na fórmula sucessória imposta desde 64.

AS FORÇAS ARMADAS

61. Mas ainda dentro desse quadro, há indícios de que começa a formar-se uma variante — que talvez ainda não possa receber a qualificação de um projeto articulado — que é a do golpe de Estado. Não se trata, aqui, de fazer coro com a

extrema direita, que freqüentemente usa da ameaça de iminência de um golpe militar, real ou suposto, para manter silenciosas e inativas as oposições e as forças populares. Trata-se, sim, de reconhecer a evidência de alguns sintomas — da bomba do Riocentro ao decreto das medidas de emergência em Brasília — passando pelas punições disciplinares ocorridas dentro das próprias Forças Armadas e outros fatos.

62. É preciso não esquecer que, embora não pareça provável, a possibilidade de golpe está sempre presente, como já o demonstraram suficientemente numerosas passagens da História brasileira. E não importa muito se um golpe de força, aberto ou encoberto, possa vir da extrema direita ou dos setores conservadores e nacionalistas das Forças Armadas. Também não é muito relevante o fato de um golpe vir em apoio ao esquema da eleição indireta, que possa beneficiar uma candidatura de tipo populista/fascista, como a de Maluf ou de outros candidatos. O que importa, sim, é ficar alerta para sintomas desse tipo e saber que, qualquer que seja a origem ou a forma, quaisquer que sejam os beneficiários ostensivos ou ocultos, já se sabe de antemão e seguramente quais serão os principais — ou únicos — prejudicados: a classe trabalhadora e os setores populares. Essa variante — a do golpe de Estado — não pode, portanto, ser ignorada numa análise da conjuntura atual.

O PROJETO TANCREDO

63. Os setores da Burguesia que divergem da Ditadura militar também tem os seus projetos políticos.

O primeiro projeto é o da conciliação, embora dentro do quadro de uma disputa do Governo; para simplificação, essa alternativa será aqui chamada de Projeto Tancredo (de Tancredo Neves, governador do Estado de Minas pelo PMDB). Aparentemente, o Projeto Tancredo apresenta a fórmula mágica para resolver a questão da unidade política dos grupos dominantes. Mas, na realidade, ele quer apenas a conciliação, e não tem como resolver a crise.

64. O Projeto Tancredo encontra, dentro do próprio PMDB, importantes setores interessados nessa alternativa, setores, que, evidentemente, representam parcelas das classes dominantes e da burguesia capitalista, principalmente bancária. Mas as tentativas de aproximação e conciliação efetuadas por esses setores tem encontrado alguma resistência. Aparentemente o regime *gostaria* de uma composição com os setores conciliadores de oposição conservadora, mas tem encontrado dificuldade em oferecer a esses setores, como contrapartida, as concessões econômicas e políticas capazes de selar em definitivo um acordo. Isso ficou claro quando, no momento de reorganização partidária, o PP dos banqueiros não conseguiu vingar. Essas dificuldades parecem ser muito mais de ordem prática do que política ou ideológica, e quase acabam por confirmar uma suspeita: a de que, de fato, já não há mais um comando político único do regime. Nem por isso se pode descartar a possibilidade de que o Projeto Tancredo venha a receber novos impulsos, como parece estar acontecendo ultimamente.

O PROJETO ULYSSES

65. A segunda alternativa da Burguesia pode ser simplificada e chamada de Projeto Ulysses (do presidente nacional do PMDB). É

uma alternativa de oposição liberal, que disputa o comando do Poder Político com a pretensão de manter inalterado o quadro de subordinação política da classe trabalhadora.

66. Mesmo no plano institucional suas propostas são tímidas. As principais palavras de ordem do projeto alternativo de oposição liberal — eleições diretas, Constituinte, moratória — aparecem, para esses setores, como formas meramente retóricas, uma panacéia para todos os males do País. Elas têm mais o objetivo de constituírem-se em atrativo propagandístico para galvanizar a camada politizada da sociedade e os setores de classes médias, do que exprimir os parâmetros de uma transformação real do regime vigente.

67. É em grande parte por essa razão que os dirigentes do PMDB não se preocupam em mobilizar nem mesmo o seu Partido, e, muito menos, o apoio popular e de massas. Mas há a convicção de que, formuladas de outra maneira, com outros objetivos e proclamadas por outros setores sociais e políticos, essas mesmas palavras de ordem poderiam contribuir para mobilizar a maioria da população.

68. Qual a diferença fundamental, porém, entre o Projeto Ulysses e o Projeto Tancredo? É que o Projeto Ulysses tenta chegar ao Poder — ou, pelo menos, ao comando do aparelho do Estado — através da disputa das preferências populares, por meio do voto direto. E o Projeto Tancredo tem o mesmo objetivo de alcançar o Governo, mas por acordos de cúpula, se possível com o voto direto, mas, se necessário, com acordos e conchavos espúrios no Colégio Eleitoral.

69. E qual a principal semelhança? É que ambos os Projetos — Tancredo e Ulysses — acabarão por servir fundamentalmente aos interesses das classes dominantes, ainda e mais uma vez em detrimento da classe trabalhadora. A alternativa

liberal do Projeto Ulysses, mais vinculada a esses interesses populares que a de Tancredo, não é capaz de apresentar propostas concretas para a política econômica, embora possa atender a alguns pequenos e parciais interesses dos trabalhadores.

70. O Projeto Ulysses fala de moratória, de reativação da economia, mas nem diz como chegar a isso nem se define quanto ao papel dos trabalhadores nesse processo e nos benefícios de seus resultados. Ulysses oscila entre a sua velha e pedessista propensão a conciliar e sua ambição de chegar à Presidência da República. Como dificilmente ele seria um candidato de consenso do Colégio Eleitoral atual num processo sucessório indireto (ao contrário de Tancredo), a sua saída é a eleição direta, onde ele tem esperança de alcançar a maioria, mercê da máquina partidária do PMDB, grandemente reforçada com a eleição de numerosos governadores em 82.

71. O Projeto Ulysses vê, na eleição direta, o fim do regime; toma por fim do regime político o que é apenas o fim de uma das tantas formas de controle político desse mesmo regime. Tudo se passa como se esse Projeto dissesse: façam-se as eleições diretas e o resto virá com o tempo; ou, ainda: a democracia começa quando ele, Ulysses, ou seus seguidores, os setores do PMDB que o apóiam, chegarem ao Governo. Mas os trabalhadores já sabem, por experiência própria nos chamados “Governos estaduais democráticos do PMDB”, o que significa isso.

72. Não obstante todos esses percalços, não há dúvidas de que, em lutas setoriais e concretas, o

PMDB — e, principalmente, os seguidores do Projeto Ulysses — conseguem às vezes colocar-se ao lado de interesses específicos dos trabalhadores — como o demonstram o seu procedimento contrário aos decretos de arrocho salarial 2.024 e 2.045. Isso indica que o Projeto Ulysses pode ter alguma chance de chegar ao Governo Central. Mas não significa que se constituirá numa alternativa real nem para vencer a crise, nem para mudar o regime do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora.

O PROJETO BRIZOLA

73. Ainda nos quadros da oposição burguesa, começam a despontar os primeiros sinais de um terceiro projeto, que aqui, também por simplificação, poderá ser chamado de Projeto Brizola.

74. De contornos políticos e ideológicos ainda não claramente definidos, como, aliás, é próprio do populismo, o Projeto Brizola parece mais o resultado improvisado de um inesperado êxito eleitoral na disputa do Governo do importante Estado do Rio, do que, propriamente, a manifestação política de setores sociais específicos. Juntam-se, no Projeto Brizola, elementos objetivos e subjetivos, como o seu passado de contestador do golpe de 64; as reminiscências da época de auge do populismo e do getulismo; a capacidade de manipulação de expectativas de setores marginalizados e populares dos grandes centros urbanos; e a aglutinação de figuras de esquerda sinceramente empenhadas em encontrar um caminho de transformação da sociedade brasileira.

75. As contradições inerentes a tal Projeto, porém, e que se evidenciam no estado de permanente crise da Administração Brizola ou do setor parlamentar do seu Partido, o PDT, indicam que esse é um projeto que pode tender a fracassar

antes de atingir a maturidade, ou de se dissolver em um ou outro dos demais projetos burgueses existentes — o da conciliação conservadora e o da oposição liberal. Contudo, há setores políticos populares ou de esquerda que hoje se sentem atraídos por Brizola, à falta de um projeto alternativo mais definitivamente popular. E que, portanto, poderiam desistir do Projeto Brizola e vir a engrossar um projeto popular que contemplasse suas idéias e aspirações.

TERCEIRA PARTE

BALANÇO DO MOMENTO ATUAL

76. À guisa de conclusões das duas primeiras partes do documento, é possível fazer as observações principais que se seguem. A crise afeta o Governo de maneira imediata e direta. O Executivo não consegue aprovar projetos importantes no Congresso. Sucodem-se as defec-

ções de figuras importantes (Langoni, Aquino). Às bravatas de irri-tação do presidente seguem-se períodos de silêncio ou de mensagens vazias de conteúdo. As denúncias de corrupção se intensificam, o Governo formal (o presidente e os ministros) não governa mais, pelo menos da forma monolítica como vinha fazendo nos últimos anos.

CRISE NO REGIME

77. O regime ditatorial também é afetado pela crise, embora de forma menos intensa. Perde o apoio de setores importantes das classes dominantes. Não consegue mais conciliar os segmentos do empresariado em competição. Encontra dificuldades cada vez maiores para impor sua política econômica interna, quer pela oposição dos setores populares, quer pela objeção de setores dominantes. E, no plano externo, perde a credibilidade diplomática, política e econômica, ou é obrigado, para garanti-las, a arrostar riscos ainda maiores no plano interno.

78. É preciso não se iludir, contudo: o regime guarda ainda muitos trunfos, dos quais os principais são a força e a corrupção. Isso significa que a Ditadura não cederá facilmente a qualquer tentativa de sua substituição por outro regime. Mas é preciso registrar que o regime atual apresenta rachaduras cada vez mais numerosas e maiores. Deixou de ser um bloco monolítico todopoderoso; em consequência disso, abriram-se perspectivas de questionamento e disputa do Poder. Em outras palavras, o regime já não detém mais, inteira e exclusivamente, o Poder político real no País. E esse Poder começa a ser disputado.

CRISE NO SISTEMA

79. Embora de forma menos acentuada que o Governo e o regime, o sistema capitalista, no Brasil, começa a demonstrar sua incapacidade de resolver os problemas do País. Não se trata de prever, com algum tipo de duração ou prazo, o fim ou a destruição do capitalismo no Brasil. Mas de apontar as contradições mais flagrantes do sistema, para caminhar na direção de uma transformação da estrutura social brasileira.

CRISE DOS PROJETOS

80. Os projetos políticos das classes dominantes não estão conseguindo obter o apoio da grande massa da população brasileira. O projeto de institucionalização da Ditadura militar só terá êxito se imposto pela força. Os projetos das oposições — conciliadora, liberal ou populista — podem eventualmente ter algum êxito, mas não resolverão nenhum dos problemas fundamentais de interesse das classes trabalhadoras da cidade e do campo. Serão no máximo capazes de substituir pessoas nos cargos do aparelho de Estado, e fazer mudanças superficiais no regime, preservando, porém, alguns de seus aspectos fundamentais. E, sobretudo, não terão capacidade de mudar a situação de extrema desigualdade social do País.

A TENDÊNCIA CENTRAL

81. Para onde vai a atual conjuntura brasileira? A tendência central da conjuntura é o agravamento acelerado da crise, em seus múltiplos aspectos, na direção de um beco para o qual nenhum dos projetos políticos das classes dominantes oferece uma saída capaz de atender os interesses da maioria da população. O agravamento da crise —

inevitável se qualquer desses projetos for o vencedor — vai deteriorar ainda mais a qualidade de vida da maioria do povo brasileiro, aumentando a exploração e a opressão. Portanto, para os interesses reais das classes trabalhadoras e dos setores populares, objetivamente só há uma forma de “resolver” a crise: é pela mudança do regime.

82. É necessário, então, formular um novo projeto político, capaz de vencer a crise pelo fato de se apresentar como uma alternativa ao regime vigente. Para isso, esse projeto deve ter um caráter popular, deve exprimir e representar os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira, e deve ter alguma perspectiva de viabilidade a curto prazo. É esse projeto que deve ser formulado e assumido pelo Partido dos Trabalhadores, e cujas indicações mais gerais constituem a última parte deste documento.

QUARTA PARTE

O PROJETO POLÍTICO DO PT

83. Com a mesma rapidez com que desgasta os partidos políticos chamados de oposição e com que afunda o Governo e o regime num mar de perplexidade, a crise exige do PT novas definições quanto aos rumos a seguir daqui para a frente.

84. E que posições o PT tem adotado até agora? Quais as propostas políticas do PT? Não é verdade que o PT não tenha propostas, ou não se posicione diante dos acontecimentos. Ao contrário, o Partido tem muitas propostas corretas sobre vários aspectos da realidade social, econômica e política.

85. Mas é verdade que, até agora, o Partido não tem conseguido articular essas diversas propostas, geralmente setoriais e fragmentárias, num projeto político geral. Um projeto capaz de prefigurar um novo regime político.

86. O Partido, em suas posições e em suas propostas, até agora tem quase se limitado a apoiar, e às vezes a conduzir, a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário. Mas não é suficiente.

O PT E O PODER

87. Daqui para a frente, o PT tem de se colocar, claramente, a questão do Poder. Em outras palavras, daqui em diante, o PT tem de discutir e de formular um projeto político para os trabalhadores alcançarem o Poder, criando, assim,

as condições para as transformações da estrutura social na direção de uma sociedade sem exploração nem repressão, no caminho do socialismo.

88. Não é por acaso que as pesquisas recentes indicam um crescimento da receptividade do PT na opinião pública. É que o PT, bem ou mal, é um Partido presente nas lutas populares, das quais nasceu. Além disso, pelo menos uma parte da população deve lembrar-se da linha de independência e luta que o PT assumiu, em todo o País, durante a campanha eleitoral de 82. Embora a maioria do eleitorado tenha adotado caminhos eleitorais diferentes do que o PT propunha, os fatos posteriores às eleições vieram dar razão ao PT, num prazo menor do que o próprio Partido imaginava. Entre outras coisas, o êxito dos programas do PT na TV também confirmam a linha geral que o Partido vem adotando.

89. Tudo isso parece indicar, mais uma vez, que a proposta petista, de um partido de massas diretamente vinculado às lutas populares, é uma proposta com crescentes possibilidades de êxito. Mas o Partido só continuará a crescer na medida em que for capaz de apresentar respostas claras e concretas para a crise, atuando efetivamente como Partido nos movimentos sociais, por meio de seus Diretórios, Núcleos e militantes, esforçando-se para elevar as lutas de resistência para a condição de lutas unificadas contra o projeto político, econômico e social do regime militar.

90. Contudo, a resposta até aqui adotada — de apoio ou de organização e condução das lutas populares de resistência ativa — não deve ser minimizada. Dela, há numerosos exemplos: os movimentos de desempregados, as greves de julho, os movimentos dos mutuários, a participação no I Conclat e na formação da CUT, as campanhas contra o arrocho salarial e contra os decretos 2.024, 2.045 e 2.065, e

muitas outras. Nessas lutas, a participação do PT tem sido menos organizada e menos eficaz do que poderia e deveria ser. Isso coloca desde já ao PT, como tarefa imediata, superar com firmeza suas debilidades orgânicas e materiais que tanto vêm dificultando a agitação e a propaganda de suas propostas — bem como a sua própria intervenção — nos movimentos sociais. É um erro supor que tais lutas tenham um caráter exclusivamente de resistência passiva, ou de reivindicação economicista. Cada luta de resistência tem um caráter ativo, tem significado político, e serve para reforçar a organização dos trabalhadores. A luta contra os decretos de arrocho salarial, por exemplo, é simultaneamente econômica e política. E, na medida em que a economia é a pedra de toque do regime, uma luta contra a política econômica pode ser, também, uma luta política contra a Ditadura militar.

91. Por isso, a linha de resistência ativa que o PT empreende deve não apenas continuar, mas intensificar-se, alastrar-se e se organizar melhor. E qualquer projeto político alternativo que o PT venha a adotar não pode nem deve sacrificar a continuidade e a intensificação dessa luta de resistência ativa. Mas não deve limitar-se a ela. Deve partir dela e combiná-la com outras lutas nos planos social e institucional. Trata-se, portanto, mais uma vez, de tentar articular a luta popular com a luta institucional (não apenas parlamentar) com o objetivo de mudar o regime vigente. E é exatamente por isso — isto é, para obter essa almejada articulação — que o PT precisa definir uma alternativa de regime.

92. No quadro conjuntural como o atual, a viabilidade de um projeto popular depende, em grande parte, da capacidade de aglutinação e de organização do PT. Sua responsabilidade aumenta, na medida em que nos demais partidos de oposição existem setores comprometi-

dos com as lutas populares — e portanto com um projeto popular — e que necessitam transitar em direção a ele. O PT precisa tomar as iniciativas necessárias para ir conformando um bloco de forças que devem integrar esse projeto. O PT tem que se preparar para o surgimento de dissidências em meio aos partidos de oposição, as quais poderiam vir quer pela configuração mais nítida do projeto Brizola — que afastará setores de esquerda do PDT — quer pela crise dentro do PMDB, que poderá afastar os setores populares.

A TAREFA CENTRAL

93. Definir uma alternativa de regime — ou, em outras palavras, definir um projeto político alternativo para vencer a crise e substituir a Ditadura militar — significa duas coisas:

- a) definir os objetivos e as prioridades políticas; e
- b) definir os meios de alcançar esses objetivos nas prioridades propostas.

O que se segue, neste documento, é um primeiro delineamento desses objetivos e desses meios.

94. O projeto político do PT deve ser concebido como um projeto de ruptura popular e institucional do regime vigente. Não se está ainda no momento final dessa ruptura. Mas também já não se está mais no seu momento inicial. Como se procurou mostrar na Primeira Parte deste documento, o rompimento do regime já começou, quer pela sua incapacidade diante da crise, quer pela falta de apoio de setores da pró-

pria burguesia, quer pela pressão das lutas populares.

95. O PT deve intervir no processo, portanto, para acelerar a sua marcha e para dar-lhe uma direção capaz de resultar num novo regime político que atenda — no limite máximo das suas possibilidades historicamente concretas — os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira. Essa direção deve ser a da implantação de um regime de amplas liberdades sindicais e políticas, de mudanças substanciais na distribuição de renda, e de autonomia e independência crescentes diante das múltiplas formas econômicas, sociais, políticas e culturais de manifestação do capital monopolista nacional e internacional. Tal regime deverá expressar os anseios dos trabalhadores e de todo o povo oprimido. As organizações populares, sindicais, democráticas, junto com o povo, deverão, soberana e democraticamente, dizer que forma de Governo deverá ser construída sobre os escombros da Ditadura militar.

AS LUTAS IMEDIATAS

96. Para alcançar esses objetivos, o Partido deve procurar conduzir as lutas dos trabalhadores e dos setores populares a exercerem o máximo da pressão possível contra o regime, através de conquistas efetivas crescentes e de avanços organizativos que as consolidem e ampliem. Deve articular essas lutas entre si e procurar conferir-lhes propósitos e direção unitários. Deve procurar ampliar ao máximo o apoio da maior parte possível da sociedade a essas lutas. E deve fazer com que a atividade parlamentar de seus representantes e dos representantes de outros partidos apoiem, expressem e reflitam essas lutas, e formalizem na legislação as conquistas por elas obtidas. Nesse sentido, o PT deve concentrar seus esforços nas lutas dos movimentos de massa.

OS 5 EIXOS PRINCIPAIS

97. Assim, o PT deve dar prioridade a cinco principais eixos para as lutas dos movimentos de massa:

1. A luta contra o arrocho salarial, por aumentos do salário real, contra o desemprego e pelo tabelamento de preços.
2. A luta contra a Lei de Segurança Nacional, contra a lei anti-greve e contra as demais leis repressivas.
3. A luta pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores.
4. A luta pela moratória unilateral da dívida externa, contra o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pela nacionalização dos bancos e dos monopólios.
5. A luta pela convocação imediata de eleições diretas para a Presidência da República em 84, que exige, do Partido, o início dos debates para a apresentação de uma candidatura própria.

98. Para levar a cabo esses cinco eixos, o PT deve privilegiar as formas de luta mais massivas, mais organizadas, mais mobilizadas e mais politicamente definidas, de maneira a culminar na greve geral.

FORMAS ORGANIZATIVAS

99. E, para mobilizar os trabalhadores e os setores populares nessas lutas de massa, bem como para garantir, consolidar e ampliar as conquistas obtidas no processo de luta, o PT deve estimular a criação ou o fortalecimento de inúmeras formas organizativas, das quais as principais são as seguintes:

- a) sindicatos urbanos e rurais; entidades intersindicais; associações profissionais; a CUT (Central Única dos Trabalhadores); comissões de fábrica

e comissões de empresa; comissões de desempregados e de luta contra o desemprego;

- b) associações de moradores, comitês de bairro, comissões e conselhos populares;
- c) entidades de luta por direitos das mulheres, dos negros, dos índios, de minorias sociais e culturais;
- d) entidades sociais contrárias à deterioração da qualidade de vida da população sob quaisquer aspectos;
- e) entidades de luta no campo da habitação, do transporte, da educação e da saúde pública;
- f) entidades culturais de defesa do patrimônio cultural brasileiro e contrárias à alienação cultural, parta de onde ela vier;
- g) comissões e comitês de defesa dos direitos humanos, de anistia, de luta contra a repressão policial e política;
- h) comissões e comitês de solidariedade aos povos que lutam por sua libertação anti-burguesa e anti-imperialista, especialmente na América Latina;
- i) entidades que lutam contra as formas de dominação ideológica, principalmente no campo da comunicação de massa, e que se proponham disseminar formas populares de imprensa, de expressão e de comunicação e de manifestação artística;
- j) entidades políticas e partidárias com ampla e total liberdade e autonomia.

A POLÍTICA DE ALIANÇAS

100. É imprescindível que o Partido inicie a discussão, a elaboração de critérios e os contatos para o estabelecimento de uma política de

alianças, uma vez que, no momento, o PT não tem condições de, isoladamente, levar a cabo o seu projeto.

101. O PT deve participar decididamente nos movimentos populares, sobretudo no sentido de ajudar os trabalhadores a conquistarem sua unidade na ação política, em defesa dos interesses populares. Obstáculos cotidianos se antepõem a essa unidade, e o PT deve ajudar a classe trabalhadora a superar tais entraves. Nessa caminhada, deve conclamar todos os partidos de oposição e todas as entidades ligadas aos movimentos populares, principalmente sindical, a apoiarem o seu projeto político.

102. Uma política de independência de classe não exclui a necessidade de alianças. Na prática, temos feito alianças políticas — umas boas, outras ruins — desde o início da história do PT. O problema não é saber se se fazem ou não alianças, mas o de saber para que, com quem e com quais critérios as alianças devem ser feitas. O PT tem, hoje, a capacidade de tomar iniciativas nesse terreno, e não apenas a de seguir a reboque de outras forças, correndo o risco de levar água para o moinho de outros partidos ou de setores de outros partidos.

103. Na política de alianças do PT deve-se dar prioridade à expansão das idéias e da organização do Partido entre os setores populares, sem prejuízo de acordos com lideranças ou grupos partidários e políticos que representam ou pretendam representar tais setores. Para o estabelecimento de tais critérios é preciso, portanto, formular e debater propostas concretas capazes de atrair setores sociais de base que até agora tem se mostrado arredios ou desconfiados em relação ao PT, principalmente setores urbanos de classes médias, minorias, setores ligados às atividades rurais, etc. . .

104. É fundamental fixar com clareza os limites dessa política de alianças. O PT não deve fazer alian-

ças globais com as classes dominantes; mas pode fazer acordos específicos para atender determinados interesses dos trabalhadores. E buscar incessantemente conquistar apoios em todas as camadas da classe trabalhadora da cidade e do campo e em setores marginalizados social e economicamente.

105. Uma observação final sobre este ponto. A política correta de expansão da base social e de alianças táticas com setores políticos — mantidas a independência e a autonomia do PT dentro dessas alianças — poderá levar, conforme a conjuntura, a frentes e uniões, parlamentares e extraparlamentares. E tais uniões podem ser capazes de alterar a correlação de forças, na oposição, e, mesmo, no regime. Inclusive de constituir a base de sustentação social e política de um novo regime e de um novo Governo.

UM NOVO REGIME

106. Na construção do novo regime, o PT deverá prosseguir e intensificar a luta pela conquista efetiva das reivindicações que deram origem às lutas da fase anterior. Além disso, o PT também lutará para a adoção das seguintes medidas:

- a) mudanças das relações de trabalho e de propriedade na cidade e no campo;
- b) autonomia e liberdade plenas das atividades sindicais, associativas e representativas;
- c) ampla liberdade de organização política e partidária;
- d) estatização dos serviços públicos de educação, saúde e transportes;
- e) redução e limitação de lucros e juros bancários;
- f) mudanças no sistema financeiro e bancário;
- g) criação de sistema de transporte, armazenamento e distribuição de alimentos;

- h) criação de um sistema de habitação popular que garanta moradia a todos;
- i) congelamento e tabelamento de preços de gêneros e serviços vitais à classe trabalhadora e ao povo;
- j) modificações no sistema tributário, principalmente contra os lucros, a grande propriedade e as grandes heranças;
- k) fixação de salário-mínimo pelo menos quatro vezes maior que o atual;
- l) mudança na criação e na utilização dos sistemas de comunicação de massas, especialmente de rádio e televisão; e
- m) ampliação do direito de voto — inclusive para analfabetos e cabos e soldados das Forças Armadas — e instituição de eleições diretas em todos os níveis do Executivo federal, estaduais, regionais ou municipais.

REORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

107. Para travar as lutas imediatas e atingir os objetivos mencionados, o Partido precisa adotar, desde já, entre outras, as providências que são a seguir indicadas.

108. Ampliar e intensificar o trabalho de reorganização partidária em todo o País, aí incluídas as questões de filiação, nucleação, formação política dos filiados, contribuição financeira e estabelecimento das diversas formas de propaganda, mobilização, comunicação interna e externa, e imprensa partidária.

109. Intensificar, através de seus organismos de assessoramento, estudos e pesquisas, o exame das questões econômicas, sociais, culturais e políticas relacionadas com a questão do Poder.

110. Iniciar os debates sobre a questão da Constituinte.

111. Finalmente, vale acentuar a necessidade de promover um amplo e sistemático debate deste documento e da proposta de um projeto político alternativo do Partido dos Trabalhadores. Prioritariamente esse debate deve ser feito dentro do Partido, nos seus diversos organismos, e, nesse debate, devem ser aprofundados os pontos ainda obscuros que o texto certamente contém. Esse debate deve obedecer cronograma estabelecido pela Secretaria Geral Nacional do PT. Paralelamente devem ser desenvolvidos debates secundários — de mais longo alcance — sobre pontos específicos, como os indicados no texto.

112. Mas é fundamental, também, que os membros do Partido procurem discutir as questões aqui levantadas com as bases e com as lideranças do movimento popular e do movimento sindical. São as bases sociais do PT que, em última instância, terão de dar o seu aval ao projeto, e portanto, garantir a sua viabilidade e a sua implantação.

São Paulo, novembro de 1983.

BOLETIM NACIONAL

Este é um suplemento especial do Boletim Nacional, órgão informativo da Comissão Executiva do Partido dos Trabalhadores. Circula com a edição número 2 de 20 de novembro de 1983.

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Secretaria Geral Nacional
Rua Desembargador Guimarães, 72
CEP 05002 — São Paulo — SP
